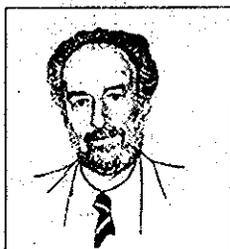


WASHINGTON NOVAES
Amansar o Brasil

Povoam-se os jornais de notícias sobre a "crise" nas relações entre o Executivo federal e as chamadas organizações socioambientais, exposta com rudeza no episódio da saída do deputado Fernando Gabeira do PT e na carta em que mais de 500 dessas instituições manifes-



A esperança de que novas estratégias de gestão mudem os rumos parece muito remota

taram ao governo seu inconformismo com os rumos da dita política ambiental. Principalmente com os rumos previstos para a Amazônia (expansão da fronteira da soja em 80 mil km², com a implantação de hidrovias e pavimentação de rodovia que favorecem o desmatamento; construção de hidrelétricas voltadas principalmente para a exportação de eletrointensivos sem compensação de custos sociais e ambientais e com tarifas subsidiadas; implantação de gasoduto rasgando a floresta – entre outros projetos), com a liberação do plantio de transgênicos, com a retomada dos projetos nucleares, com a prometida "industrialização" do Pantanal, com o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, com a falta de iniciativas no âmbito das mudanças climáticas, e por aí afora.

Como escreveu Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental (*Folha de S. Paulo*, 22/10), "o campo socioambientalista já está mais do que inquieto, mas o governo não escuta o rufar desse tambor".

Não faltaram avisos. Aqui mesmo, neste espaço, foram muitos os comentários. Lembrando que os modelos de desenvolvimento seguidos no Brasil nas últimas décadas – e que conti-

nuam nesta – atenderam prioritariamente aos interesses dos países industrializados e do sistema financeiro. Internamente, a uma parcela reduzida da população, que se beneficia com os processos de concentração da renda e do consumo insustentável. Contribuem, portanto, para

manter os padrões globais de produção e consumo, já além da capacidade de reposição da biosfera. Têm levado à estagnação econômica, quando não ao retrocesso. Ao desemprego. Ao aumento das desigualdades regionais e intersetoriais de renda. À degradação dos recursos e serviços naturais em todos os biomas – que deveriam, ao contrário, ser a base de uma nova estratégia do País, por representarem sua maior vantagem comparativa.

Esses modelos produziram e produzem a concentração populacional e a ingovernabilidade das metrópoles. A violência e a insegurança coletiva. A desagregação social. A desarticulação do sistema público de saúde. As mazelas do sistema educacional. A quase inviabilização do sistema de ciência e tecnologia. O desrespeito aos direitos e possibilidades das comunidades indígenas e das populações tradicionais.

Em mais de um momento, lembrou-se nesses comentários que estava em jogo muito mais do que uma "política ambiental": "Está sobre a mesa é o modelo de país que se deseja" (8/8). "E do rumo a ser escolhido dependerá o que acontecerá no País nas próximas décadas." Em resumo, trata-se de saber se o País, com suas escolhas,

vai continuar estimulando (para desfrute dos países mais ricos) a atual insustentabilidade dos padrões mundiais de produção, consumo e renda, e arcando, sem compensação, com os custos econômicos, sociais, energéticos e ambientais. Na verdade, é o que está implícito em muitas opções, principalmente na expansão a qualquer custo – como base da "retomada do crescimento econômico" – da fronteira agropecuária e do modelo exportador de commodities e eletrointensivos, quase sempre com queda de preços nas séries históricas.

Chegou-se até a sugerir (28/2) a concepção e implantação progressivas de uma nova estratégia, por um "caminho paralelo dentro da administração. Ao mesmo tempo em que se executaria a estratégia de contingência – 'pacificadora' –, formular-se-iam os novos caminhos, a serem apontados à sociedade".

Não é o rumo escolhido. Ainda nestes últimos dias, Lourival Sant'Anna tem mostrado neste jornal os caminhos que vai tomando a questão amazônica. Ao mesmo tempo em que continuam a ser estimulados megaprojetos questionados pelos "socioambientalistas".

A esperança de que novas estratégias em gestão possam mudar os rumos parece mais do que remota. Quem consultar, por exemplo, o documento *Desenvolvimento e construção nacional: estratégia para o crescimento econômico e inclusão social no Brasil*, produzido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (29/9), pouco encontrará ali que possa aquietar a apreensão. Mais especificamente na área da adequação socioambiental, embora haja uma referência genérica às diretrizes propostas pela Agenda 21 brasileira, não se caminha para confrontar as estratégias ali incluídas com o que

está sendo planejado e feito. Se se confrontasse, ver-se-ia que uma das propostas da Agenda é exatamente a de rever os projetos antes chamados de "Avança Brasil" e que incluem quase tudo o que os socioambientalistas estão questionando. Além do mais, a estratégia esboçada não se preocupa com o fundamental: a possibilidade brasileira (pela riqueza de recursos e serviços naturais) de ter uma vantagem comparativa excepcional, se nisso fundar sua estratégia.

Como também a política executada pela Funai está em questão, vale a pena lembrar, neste momento, que em vários grupos indígenas brasileiras se encontra a visão de que é preciso "amansar o branco", fazê-lo ver que a vida não pode fundar-se na devastação, na destruição. Que o ambiente se esgota – e, quando se esgota, os preços são muito altos.

Uma das organizações que assinaram a carta ao governo federal, o Instituto Socioambiental, de São Paulo, está até tomando como mote do que planeja para comemorar seu décimo aniversário exatamente essa visão, que está chamando em documentos de "Amansa Brasil". É exatamente do que o País está precisando, dessa visão nascida em sociedades que são capazes de viver concretamente a democracia do consenso, praticada por pessoas auto-suficientes. Sociedades que tentam não sobrecarregar seu entorno. E que não sabem o que são prisões nem bordéis, asilos e orfanatos. Não é pouco.

Talvez ainda seja tempo de repensar tudo. Antes que a ministra do Meio Ambiente, esfalfada de tantas batalhas pela "transversalidade" no governo, se canse de fazer das tripas coração e deixe o barco.